

São Paulo, 25 de abril de 2007

Prezados colegas

Vimos por meio deste documento manifestar a opinião da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP a respeito da recém-publicada cartilha do Programa Passeio Livre.

Foi com grande surpresa que constatamos que, apesar de a ABAP ter participado da comissão do Programa Passeio Livre, quando das reuniões de elaboração desse documento, a redação final dele não exprime com exatidão aquilo que havia sido acordado, e portanto não é possível ratificar nosso apoio ao referido documento no atual formato.

A cartilha do Programa Passeio Livre, no entender da ABAP é, sem dúvida, um instrumento de grande importância e utilidade na construção e melhoria da paisagem urbana da cidade, tendo sido, na época de sua idealização, motivo de grande esperança e satisfação no que diz respeito à regulamentação e normatização das calçadas paulistanas, já que estas nunca foram devidamente priorizadas e fiscalizadas, tanto por parte do poder público quanto do setor privado. Como resultado deste descaso encontramos um sistema caótico de calçadas e passeios públicos, inadequado, mal conservado e extremamente desfavorável aos pedestres, sobretudo aos cidadãos portadores de necessidades especiais de locomoção, para quem as calçadas chegam a ser hostis.

Pela abrangência desse documento e importância que as calçadas têm no espaço urbano, optamos por nos manifestar com veemência quanto ao texto final da cartilha, já que este contém normas e informações superficiais ou tendenciosas.

Em primeiro lugar, gostaríamos de salientar que a *oficialização* por meio da recomendação para especificação de um único material, no caso os derivados de cimento, foi uma surpresa nada agradável, pois não condiz com aquilo que fora debatido nas reuniões iniciais da comissão e, no nosso entender, não traz benefício algum para a cidade, pois sabemos que seu envelhecimento se dá de forma bem mais rápida e menos atraente que o apresentado pela maioria das pedras, por exemplo.

Além disso, a diversidade de elementos é muito importante para a constituição de um mosaico de referências, formas, cores e texturas, que permitem qualificar e identificar a paisagem urbana. Suplantar essa diversidade pavimentando a cidade com materiais fabricados a partir da mesma base pode criar uma paisagem monótona e pouco criativa. A normatização e o estabelecimento de padrões para a implantação dos passeios é, sem dúvida, uma ação muito bem-vinda, porém a sua total homogeneização parece não ser desejável.

Vale ressaltar que também não concordamos com o extermínio da tradição do uso de pedras em calçamentos. Essa tradição, que foi herdada de nossos irmãos portugueses,

e que já pode ser considerada uma tradição brasileira, está tão arraigada que talvez nem a percebamos, mas basta observar com um pouco mais de atenção que ela se faz evidente. As ruas de Parati, o calçadão de Copacabana, os calçadões do centro de São Paulo, entre tantas outras praças e parques, de Manaus a Porto Alegre, parte da nossa paisagem urbana, são testemunhas disso. Sem falar na calçada da Av. Paulista, cujo tradicional piso de pedra portuguesa está, no nosso entender, de maneira inconseqüente, prestes a ser substituído por blocos de cimento, o que irá descaracterizar um espaço urbano já consagrado. Com isso, definitivamente, não podemos compactuar.

E uma escala mais aproximada e sob o ponto de vista técnico, a cartilha também tem problemas. Do modo como foi redigida, cria a impressão de que o uso da pavimentação intertravada resolveria todos os problemas de manutenção e de reparos inadequados causados por intervenções de concessionárias de serviços urbanos (água, energia elétrica, telecomunicações etc.), o que talvez não seja expressão exata da realidade e mascara o problema. A questão mais importante é que, independentemente do material utilizado, a conservação e a manutenção devem ser realizadas por mão-de-obra qualificada e com o devido cuidado, considerando a importância do espaço público urbano.

A mesma importância deve ser dada para esse espaço quando da sua implantação, ou seja, qualquer material utilizado em calçamento urbano, seja ele cimentício, de pedra ou cerâmico deverá ser colocado e assentado de modo adequado, por uma mão de obra capacitada e respeitando-se suas características e especificações técnicas, caso contrário este poderá apresentar falhas e defeitos.

Se a cartilha – e isso julgamos ser muito acertado – se propõe a capacitar mão-de-obra para execução de calçadas, por que não capacitar os calceteiros para assentar vários tipos de materiais, ampliando sua capacidade técnica e dando chance aos que desenham a cidade para criar fazendo uso dessa mão-de-obra tecnicamente qualificada? Além disso, muitos dos materiais excluídos da cartilha têm procedimentos de execução muito semelhantes com os ali detalhados, o que facilitaria o processo de capacitação de mão-de-obra.

Gostaríamos ainda de ressaltar que não somos contra o uso dos pisos cimentícios apresentados, mas devemos evidenciar algumas questões que parecem pertinentes ao tema quando se nota a forte tendência para o uso desse material:

- O comportamento desse material a longo prazo e seu envelhecimento são dados poucos conhecidos. Poucas áreas têm implantado esse tipo de piso há mais de 30 anos. Além de desconhecermos os prazos necessários para a sua renovação.
- O direcionamento para um único material pode gerar dependência de alguns produtos e fornecedores, situação que seria muito desfavorável para uma política de concorrência e ajuste de preços.
- Se o Estado de São Paulo possui as maiores jazidas e o maior número de calceteiros do Brasil, a ausência do mosaico português é no mínimo surpreendente. Este tipo de calçamento é utilizado em praticamente todos os municípios do Estado, devido à facilidade e ao baixo custo de aquisição das pedras.

Por fim, acreditamos que a cartilha é um instrumento importantíssimo para a cidade e não questionamos a sua validade. Por isso gostaríamos de sugerir que fossem analisados outros materiais a serem recomendados para uso nas calçadas, sendo adicionados ao texto os respectivos detalhes construtivos, a exemplo dos demais materiais, detalhando especificações, manutenção e desempenho desses materiais.

Colocamo-nos, também, à disposição dos departamentos da PMSP para indicar profissionais especializados para ajudar na análise e especificação de outros materiais, quando se fizer necessário.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente

Eduardo Barra
Presidente ABAP

Fabio Robba
Vice Presidente